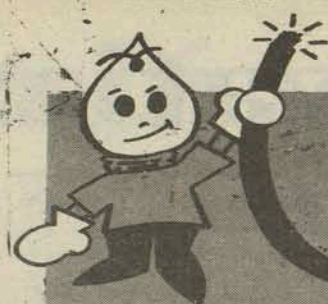




Intersindical dos Eletricitários de SC

Nº 163 09/01/92

Celesc ameaça demitir para preservar tarifas

Para os sindicatos declarações do presidente da Celesc especulam com a opinião pública. "Salário e tarifa são questões distintas", diz a Intersindical.

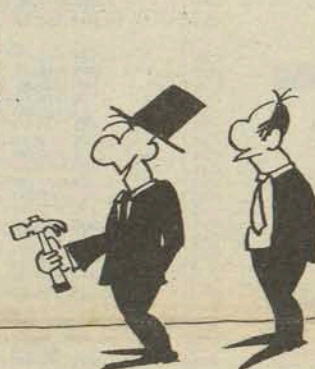
A direção da Celesc está especulando com a opinião pública ao dizer na imprensa que se não demitir mil empregados precisará aumentar 35% as tarifas de energia elétrica. Esta foi a conclusão da reunião da Intersindical dos Eletricitários de Santa Catarina - Intercel, realizada ontem (dia 8) para discutir as declarações do presidente da empresa Luiz Fernando Verdine Salomon sobre possíveis demissões.

Verdine disse na imprensa que esta situação se deve ao fato de que o Governo Federal está exigindo que o repasse dos valores referentes à compra de ener-

Arquivo O Estado

gia (Eletrosul e Itaipu) seja feito em 72 horas. Esta manobra tira o capital de giro da Celesc, que aplicava este dinheiro por pelo menos 20 dias.

Mas a receita da Intercel para resolver o impasse não passa por demissões ou reajuste de tarifa, que oneraria a população. Para os sindicatos a Celesc deve marcar de cima o setor industrial que tem um nível de inadimplência no que se refere ao pagamento de energia acima de 14%. Mui-



tas empresas de grande porte têm faturas de energia atrasadas e ameaçam não pagar. A empresa Tupy, por exemplo, que representa 2% do faturamento da Celesc (cerca de 700 milhões por mês) já disse que deve atrasar o pagamento de janeiro, como já aconteceu em dezembro.

Além da situação de inadimplência, há também os que fraudam a medição, literalmente roubando energia. No final do ano passado a própria fiscaliza-

ção da Celesc flagrou seis indústrias do sul do estado que estavam praticando fraudes altamente especializadas, deixando de pagar valores astronômicos, que acabaram sendo recuperados.

"Jogar salário nesta discussão é leviandade", argumenta Isaltino Pedron, presidente do Sindicato dos Eletricitários do vale do Itajaí. Para ele a questão está sendo falseada, pois de outubro (depois da data-base) a janeiro houve aumentos nas tarifas de 179% e nada disso foi repassado aos salários. "Além disso - lembra o sindicalista - os investimentos na Celesc foram liquidados e boa parte dos serviços estão entregues às empreiteiras".

A Intercel assegura que não vai admitir qualquer demissão, utilizando para isso a garantia no emprego estabelecida no Acordo Coletivo.

Verdine não recebeu Intersindical

O presidente da Celesc não recebeu a Intersindical na tarde de ontem, quando foi procurado para falar sobre a possibilidade de haver mil demissões na empresa. Verdine disse que amanhã (dia 10) vai falar com os sindicatos sobre o assunto.

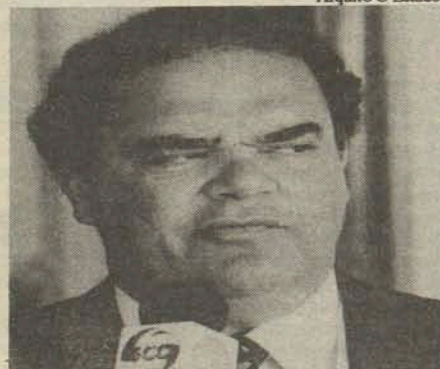
Os sindicatos queriam uma posição de Verdine, afinal foi

ele quem foi para a imprensa cogitando as demissões. "Não tem sentido nós negociarmos com a empresa outras questões trabalhistas quando a guilhotina está pendendo sobre a cabeça dos empregados", explica Mauro Passos, presidente do Sinergia.

No entender da Intercel a conduta da Celesc está sendo irresponsável, gerando um clima de insegurança muito grande

dentro da empresa. "Num momento de recessão falar em demissões gera um estrupício em qualquer local de trabalho, e a Celesc deve pesar isso e dar logo uma posição concreta aos seus empregados", reclama a Intercel.

A reunião com Verdine acontecerá amanhã (dia 10) às 10 horas da manhã.



Verdine : jogando com contradições

BALANCETE

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO MÊS DE SETEMBRO DE 1991
SINERGIA

SALDO ANTERIOR: 31.08.91		
Caixa Econômica Federal Mercado/Fundo Aplicação.....	Cr\$	1.642.287,69
Caixa Econômica Federal conta Movimento 99-6.....	Cr\$	7.902.895,74
Caixa Econômica Federal conta Movimento 248-0.....	Cr\$	5.434,55
Fundo Fixo de Caixa.....	Cr\$	117.393,93
Caixa Econômica Federal conta Movimento 330000221-0.....	Cr\$	60.025,96
	Cr\$	9.728.037,87
Caixa Econômica Federal CONTAS POUPANÇAS		
Fundo de Apoio Sindical 29007-0.....	Cr\$	73.275,24
Fundo de Construção 31880-2.....	Cr\$	1.560.429,47
Fundo de Modernização 49060-3.....	Cr\$	8.771.757,74
Fundo de Mobilização Celesc 49659-0.....	Cr\$	5.398.356,20
Sinergia (Provisão) 26800-7.....	Cr\$	4.576.532,78
Sinergia 30325-1.....	Cr\$	8.960.157,84
Sinergia 51183-1.....	Cr\$	4.880.258,85
Fundo de Cultura 51355-9.....	Cr\$	924.009,29
	Cr\$	35.144.777,41
Caixa Econômica Federal CONTAS EM CRUZADOS NOVOS		
Sinergia 535-3.....	NCZ\$	2.990.759,17
Sinergia 221-9.....	NCZ\$	719.991,04
	CZ\$	3.710.750,21
RECEITAS		
Mensalidades Associados Celesc/Eletrosul.....	Cr\$	4.045.661,62
Contribuição Confederativa Celesc.....	Cr\$	2.127.406,10
Rendimento conta Poupança.....	Cr\$	5.385.756,91
Rendimento Conta Corrente.....	Cr\$	899.715,99
Rendimento conta Cruzados Novos.....	NCZ\$	509.538,32
Recuperação de Despesas.....	Cr\$	370.734,00
Juros Diversos.....	Cr\$	214.790,00
URP/89-Celesc.....	Cr\$	2.303.605,79
Restituições de Empréstimos.....	Cr\$	1.252.000,00
	Cr\$	17.109.208,73
DESPESAS		
Salários.....	Cr\$	1.525.512,82
Encargos Sociais.....	Cr\$	975.321,51
Benefícios.....	Cr\$	149.008,35
Reemb. Salários-Diretores/Associados.....	Cr\$	5.029,02
Honorários Contábeis.....	Cr\$	81.480,00
Honorários Jurídicos.....	Cr\$	431.726,00
Custas Processuais.....	Cr\$	1.558,53
Autenticações.....	Cr\$	150,00
Jornal Linha Viva.....	Cr\$	759.067,20
Passagens/Coletivos.....	Cr\$	1.207.171,00
Locação de Veículos.....	Cr\$	510.000,00
Locação de Imóvel.....	Cr\$	130.600,00
Publicações em jornais.....	Cr\$	103.122,00
Serviços de impressão.....	Cr\$	42.850,00
Serviços contratados.....	Cr\$	159.364,00
Serviços/Revelações fotográficas.....	Cr\$	34.448,00
Material de Expediente.....	Cr\$	410.720,16
Material de limpeza e consumo diversos.....	Cr\$	96.957,20
Serviços Públicos.....	Cr\$	439.944,00
Manutenção/Instalação/Equipamentos.....	Cr\$	1.036.916,77
Assinaturas de jornais/revistas, etc.....	Cr\$	89.630,00
Seguros/Impostos e Taxas.....	Cr\$	425,00
Díaria/Ajuda de Custo.....	Cr\$	122.000,00
Ressarcimento de Despesas.....	Cr\$	206.447,00
Diversos.....	Cr\$	1.040.823,00
Entidade do Movimento Sindical.....	Cr\$	281.378,91
Subsídio Diária.....	Cr\$	353.839,65
Fundo de Apoio Sindical.....	Cr\$	600.000,00
	Cr\$	10.796.490,12
Devolução URP/89-CELESC.....	Cr\$	3.857.345,56
	Cr\$	3.857.345,56
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		
Empréstimos a Entidade Sindical.....	Cr\$	5.000.000,00
	Cr\$	5.000.000,00
INVESTIMENTOS		
Biblioteca/Videoteca.....	Cr\$	4.500,00
Equipamentos.....	Cr\$	136.000,00
	Cr\$	140.500,00
SALDO ATUAL: 30.09.91		
Caixa Econômica Federal conta Movimento 3200535-0.....	Cr\$	346.749,61
Caixa Econômica Federal conta Movimento 99-6.....	Cr\$	1.314.626,48
Caixa Econômica Federal conta Movimento 248-0.....	Cr\$	5.434,55
Fundo Fixo de Caixa.....	Cr\$	98.994,20
Caixa Econômica Federal conta Movimento 330000221-9.....	Cr\$	139.956,55
	Cr\$	1.905.761,39
Caixa Econômica Federal CONTAS POUPANÇAS		
Fundo de Apoio Sindical 29007-0.....	Cr\$	9.065,51
Fundo de Construção 31880-2.....	Cr\$	1.443.775,95
Fundo de Modernização 49060-3.....	Cr\$	10.257.093,24
Fundo de Mobilização Celesc 49659-0.....	Cr\$	6.312.468,32
Sinergia (Provisão) 26800-7.....	Cr\$	5.241.512,23
Sinergia 30325-1.....	Cr\$	10.081.051,18
Sinergia 51183-1.....	Cr\$	5.706.640,73
Fundo de Cultura 51355-9.....	Cr\$	1.072.472,16
	Cr\$	40.124.079,32
Caixa Econômica Federal CONTAS EM CRUZADOS NOVOS		
SINERGIA 535-3.....	NCZ\$	3.156.662,94
SINERGIA 221-9.....	NCZ\$	711.934,89
	NCZ\$	3.868.597,83
TOTAL	Cr\$	65.692.774,22

SETOR ELÉTRICO

A privatização já começou

Seminário discute o neo-liberalismo e alerta: as privatizações já começaram na Celesc e Eletrosul. Sindicalistas garantem que o setor elétrico não pode ser entregue ao setor privado por seu caráter estratégico e sua função social.

O neo-liberalismo e suas leis, como por exemplo a da privatização, foi o tema do seminário realizado no dia 19 de dezembro, em Florianópolis, organizado pela Intersindical, para lideranças sindicais da Celesc e Eletrosul.

Talvez nunca tenha havido tanta unanimidade entre sindicalistas como neste seminário: todos presentes se posicionaram contra a transferência do setor elétrico para as mãos da iniciativa privada, destacando tem caráter estratégico com finalidade social do setor, exigindo que ele esteja sob controle público.

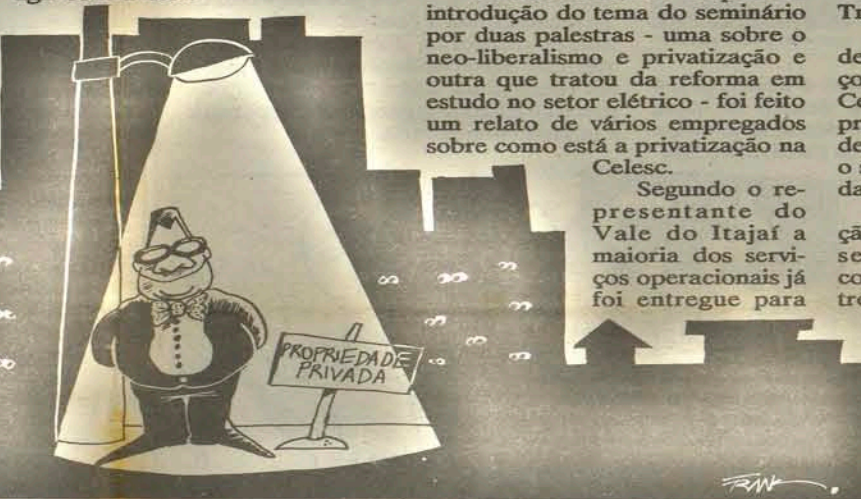
Antonio Berbigier, que trabalha nas obras de Jacuí I (Eletrosul), no Rio Grande do Sul, é contra a privatização em qualquer setor. Para ele é mais importante a defesa da soberania nacional. Berbigier vê a investida do neo-liberalismo no Brasil, com as consequências privatizações, como uma resposta assustada dos empresários internacionais ao notarem a rapidez com que o povo brasileiro está se organizando. "Por isto estão empurrando tudo tão apressadamente".

Com esta mesma velocidade, acredita ele, deve se realizar a educação do nosso povo. "Se o povo estiver consciente, vai saber passar por cima das manobras que vão contra os interesses do país. A sociedade brasileira foi calada por muito tempo. Na época da ditadura impuseram para a gente até uma forma de pensar. Hoje é triste ver que se você tirar um pobre da favela e o puser num palacete é quase certo que ele vai se comportar igual ou pior do que um rico. Isto tem que mudar. E só se muda com a cultura e educação do povo".

SUCATA- Para o presidente do Sindicato dos Eletricistas do Norte de Santa Catarina, Aramis Novaes, a "privatização, através da sub-contratação já começou e o trabalhador não tem consciência

de que isto é um mal. Um mal que acontece até em empresas privadas. Só que nas públicas é pior porque sequer é feita uma avaliação sob o aspecto financeiro".

O resultado de tudo isto, segundo Aramis é o sucateamento das empresas, "com o falso discurso de que com a privatização as coisas serão mais eficientes. Mas os governos e diretorias destas empresas se esquecem que a obrigação deles é moralizar estas empresas. Devemos, junto com sindicatos das categorias essenciais, que tem esta questão avaliada e sabem quanto isto vai custar ao povo brasileiro, avaliar profundamente a questão e começar a agir contra isto".



Leia mais sobre o seminário na pag. 4



Para manter a luta acesa

Contribuição confederativa e Imposto Sindical não tem nada a ver um com outro. O sindicalismo combativo inclusive quer acabar com o imposto porque ele representa um atrelamento do sindicato ao Estado. Mas a contribuição confederativa - que só pode ser definida em assembleia geral - é legítima e custeia as entidades sindicais e as campanhas da categoria. Na Eletrosul porém está havendo muita confusão sobre o assunto e o Sinergia publicou esta semana um boletim esclarecendo melhor que desconto é este. A contribuição confederativa, neste caso, foi decidida em assembleia do dia 12 de agosto de 91, a ser feita da seguinte maneira: no primeiro mês após a assinatura do acordo coletivo, o desconto será de um dia de trabalho de todos empregados, revertendo para a manutenção do sin-

dicato respectivo, participante da Intersindical. No segundo mês o desconto de um dia reverterá para o fundo de mobilização da Intersindical e, no terceiro mês, o desconto será de um dia de trabalho, sendo que este valor será devolvido aos empregados sindicalizados nas entidades signatárias do acordo, participantes da Intersindical.

Eletricitários discutem futuro

Nos dias 10,11 e 12 de janeiro, em São Paulo, acontece o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais do Setor Elétrico. Lá será feita uma análise conjuntural, a avaliação das campanhas do ano passado e uma discussão sobre a organização do Comando Nacional dos Eletricitários. Também estará em debate a organização das campanhas futuras com ênfase especial na Campanha Extraordinária relativa ao fim do período da garantia de emprego,

determinado pelo TST, (que encerra no dia 18 de março). No último dia do encontro um debate aberto à sociedade sobre o setor elétrico vai reunir entre outros Amando Araújo - secretário Nacional de Energia -, o empresário Antonio Ermírio de Moraes, e o responsável pelo setor de Energia do governo de São Paulo. Falta ainda confirmação da participação da prefeita paulista Luiza Erundina.

Contas separadas

Dia 1º de fevereiro passa a vigorar a desqualificação das tarifas de energia elétrica no Brasil. Isto significa que as 59 concessionárias de distribuição de energia elétrica, estaduais e privadas, terão preços de energia diferenciados, variando de acordo com os custos e o desempenho operacional de cada empresa. Por causa disto os aumentos das tarifas não serão mais concedidos linearmente pelo DNAEE (Departamento Nacional de Águas

e Energia Elétrica). Cada concessionária deverá fazer sua proposta ao departamento que irá analisá-la, de acordo com as características regionais, os custos da companhia fornecedora, e outros fatores. Isso dá margem para manobras do tipo que a Celesc está fazendo, confundindo tarifas com salários.

Fórum debate a Lei de Imprensa

Acontece neste final de semana, em São Paulo, uma reunião do Fórum Nacional pela Democratização da Informação, movimento que está sendo liderado nacionalmente pela FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas. A reunião vai tratar especialmente das atividades que desenvolverá durante o ano que inicia, debatendo o Conselho Nacional de Comunicação Social, a cabodifusão e outras questões concretas que dizer respeito a democratização dos veículos de comunicação. O Fórum realizará também um debate especial sobre a Lei de Imprensa que está sendo discutida no Congresso Nacional. O Sinergia se fará representar na reunião.

TRIBUNA Livre

A ironia nossa de cada dia

Gastão Cassel
Editor do Linha Viva

As vezes é difícil saber se é a realidade ou nós que estamos em delírio. Mas definitivamente alguma coisa muito grave está acontecendo em nosso país, ofendendo a cidadania com uma ironia capaz de corar qualquer algoz.

Que a crise econômica é braba e que as expectativas para o futuro próximo não são as melhores todos já sabemos. Assustador mesmo é ver loja de eletrodoméstico com um

O fantasma do desemprego convive com a população. A recessão vai sendo um dado assimilado passivamente

É a recessão totalmente institucionalizada. E este tipo de "promoção" revela o quanto o fantasma do desemprego está convivendo com a população. A julgar pela propaganda da loja, como um monstro quase domesticado. E assim a recessão vai sendo um dado assimilado passivamente, inquestionavelmente. Coisa feita.

Isso é tão humilhante para um povo quando a onda de promoções de supermercado que aceitam cheques pré-datados. Ou seja, no Brasil se vende comida à prazo. Coisa tão séria quanto o anunciado comprimido purificador de água que é capaz de nos redimir da ameaça do cólera. Afinal de contas ele se apresenta como alternativa num país onde o saneamento básico está - sem trocadilho - na fossa.

Há sempre quem ganhe dinheiro com a miséria, quem faça dela uma indústria. Mas não é isso que nos cabe analisar agora. O dolorido disso é ver a tragédia social transitar entre a gente como se desaparecida. Quem não vê, o povo ou os governantes?

Na verdade estamos diante de um problema de cidadania. É inacreditável que estas coisas que se apresentam sutis e reais não despertem indignação. Parece que a inflação não está - de novo - rondando o 1% ao dia. Parece que não são milhares de novos desempregados a cada dia. Parece que não vai haver aumento da "contribuição" para a previdência para "tranquilizar o FMI", como dizem os jornais de 8 de janeiro.

Já anunciaram crediário para desempregados, comprimido que substitui saneamento e comida paga a longo prazo. Mas também já anunciaram empresas estatais a preços módicos. Sem anúncios, compraram fardas e bicicletas. No próximo comercial pode estar em oferta alguma coisa que subsista além da dignidade, que a nossa parece que foi vendida num baratinho...há tempo.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.

"Estado de Bem-Estar" nunca funcionou no Brasil

Um breve relato de dois exemplos de como o Estado é encarado na sociedade capitalista, entre eles o neo-liberalismo e sua grande bandeira - a privatização -, foi o tema da palestra de abertura do seminário do dia 19 de dezembro, por Clóvis Scherer, economista do Dieese.

O primeiro exemplo analisado foi do Estado keynesiano, ou também conhecido como "Estado do Bem-Estar". Ele surgiu nos Estados Unidos, na década de 30, fruto da Grande Depressão, e mudou totalmente a visão da sociedade sobre o papel do Estado, que passa a ser um elemento de superação das crises do capitalismo.

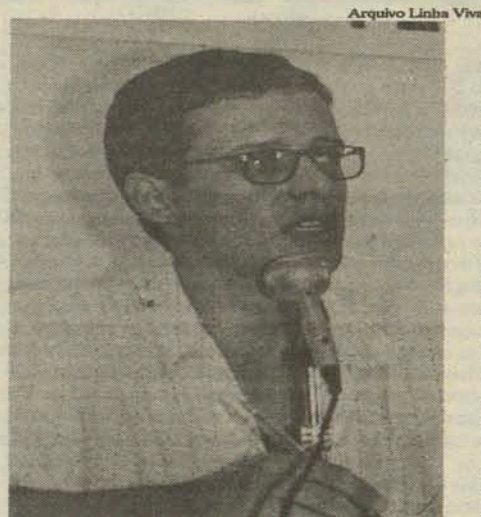
Até então os teóricos não acreditavam que o capitalismo pudesse sofrer crises violentas. O keynesianismo dá legitimidade à intervenção do Estado, cujos gastos devem então sustentar a demanda por produtos e portanto pela produção. O primeiro objetivo a ser alcançado por este Estado é a "economia do pleno emprego", com ênfase na renda dos trabalhadores, que são consumi-

dores, e investimentos em gastos sociais.

No Brasil este "Estado de Bem-Estar Social" nunca chegou a ser posto em prática na sua totalidade. Segundo Scherer, "faltou o bem-estar. Serviu só para a acumulação de capital e para a industrialização".

O segundo exemplo descrito foi o do neo-liberalismo que surge de uma crise de modelo, de desenvolvimento, marcando o papel do Estado no pós-Guerra. Os neo-liberais dizem que o Estado é que é o centro da crise porque interfere na auto-regulamentação do mercado. Para eles o sistema capitalista não dá condições para que hajam crises. Para eles a palavra crise não existe enquanto categoria. As crises são explicadas por causas exteriores à economia. Para os neo-liberais o Estado interfere nas leis da oferta e procura.

Sob o neo-liberalismo o emprego passa a não ser prioridade dos governos e o nível de emprego deve ser ajustado através da redução dos salários. Assim se atingiria o ponto de equilíbrio.



Scherer: privatização tem alto custo social

Já o déficit público é aceito pelos neo-liberais, porém dentro de uma nova hierarquia. Para eles só se justifica no pagamento de juros da dívida públi-

ca e despesas de segurança (polícia e exército). Por último vem o gasto social, visto também como uma interferência na economia. É por causa disto, por exemplo, que está se cobrando a mesma lucratividade nas empresas públicas e privadas.

Finalizando, Scherer concluiu que o neo-liberalismo não consegue ser aplicado na sua totalidade em lugar nenhum, nem nos países desenvolvidos. Na Inglaterra, onde foi grande o processo de privatização, os gastos sociais são substanciais e estão mantidos.

No que se refere ao sindicalismo, o neo-liberalismo tenta deslegitimar os sindicatos e faz ataques constantes a qualquer tipo de ação reivindicatória de trabalhadores de determinado ramo de produção ou por empresa. O governo chama a consciência de classe contra categorias dizendo, por exemplo, que os eletricitários não podem ter um reajuste de salários porque os outros trabalhadores não terão ou porque a inflação aumentaria.

Privatização do Setor Elétrico é retrocesso histórico

Outra exposição feita no seminário foi sobre o projeto de reforma do setor elétrico que está em discussão em Brasília. João José Cascaes Dias, que participa do grupo de eletricitários que está estudando os vários projetos de reforma já apresentados, falou sobre o assunto. Ele começou contando rapidamente a história do setor no Brasil.

No início deste século todos serviços de eletricidade eram executados por empresas privadas, de capital internacional e com abrangência municipal. No início dos anos 30 com a Grande Depressão e o valor do dinheiro despencando, o Estado comprou estas empresas gerando as grandes estatais. Depois da Segunda Guerra Mundial o governo federal começou a controlar os custos dos serviços de energia elétrica.

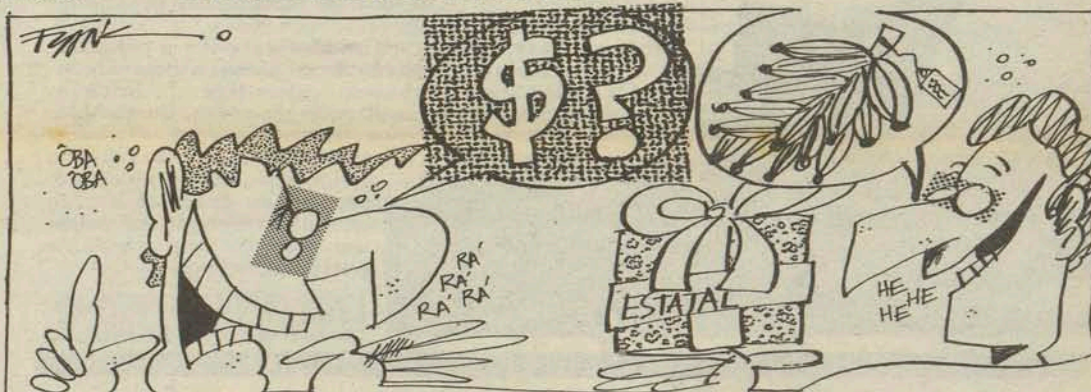
Com a crise do petróleo e a recessão subsequente, acompanhada de um grande interesse do mundo por outras fontes energéticas, todo excesso de liquidez dos petrodólares foi oferecido ao Terceiro Mundo para investimentos. Foi aí que o setor elétrico brasileiro cresceu descontroladamente e as empresas estatais passaram a servir a interesses privados. Como vivíamos numa época de ditadura, a sociedade não tinha nenhum tipo de controle e pouco sabia das negociações que eram feitas.

Foi sob este regime fechado também que as tarifas começaram a ser manipu-

ladas para baixo, com o propósito de subsidiar "clientes" da iniciativa privada. Nos anos de 73-74 foi feita a equalização das tarifas e criado um fundo para uniformizar os custos das empresas. Mas como as tarifas eram muito baixas o fundo começou a minuar e as empresas se descapitalizaram. Resultado: a dívida cresceu e chegamos à situação atual.

Segundo Cascaes a discussão proposta pelos neo-liberais sobre privatizar ou não o setor elétrico tem mais de 30 anos no Brasil. "Na verdade para nós, trabalhadores que somos do setor, pouco importa saber se é melhor que as empresas sejam do Estado ou privadas, já que nós não podemos defender o Estado que está aí. O que nos interessa é que as empresas estatais não são públicas, pois a sociedade não controla elas."

Cascaes entende que este é o "ponto central e portanto a discussão sobre privatizar ou não tem que ser antecedida da luta por um Estado democrático e transparente. Ninguém hoje tem ilusões a respeito. Todos sabemos que no Brasil o Estado serve a interesses privados. Se tivermos um Estado democrático e transparente os limites do que deve ser



estatizado ou não estarão estabelecidos automaticamente."

Cascaes alerta ainda que muitos ataques feitos àqueles que defendem estatais são bem orquestrados. "A imprensa, por exemplo, está distorcendo a discussão deste problema dizendo que estamos defendendo elefantes brancos. E, na verdade, como preservar uma estatal corrupta, gorda e centralizada? Mas na verdade o que estão fazendo é tirar de nossas mãos a luta contra a corrupção e ainda por cima dizem que somos uns bandos de retrógrados defensores de estatais e que a direita é que é moderna e competitiva."

Para o setor elétrico especificamente as perspectivas são sombrias. A privatização das empresas deste ramo interessa muito aos países do Primeiro Mundo. Cascaes deu vários exemplos de estatais argentinas, chilenas e mexicanas que foram privatizadas e compradas por estatais da Espanha, França e Itália. "O que está acontecendo é que o nosso processo de privatização não é

igual ao do Primeiro Mundo, onde serviu para capitalizar o Estado. No Brasil o que está acontecendo é um negócio entre amigos, com concentração de renda. Exatamente o contrário do que está sendo feito na Europa".

No Brasil a privatização do setor elétrico significa a transferência de patrimônio (já que a renda foi privatizada há muito tempo desde quando baixaram as tarifas para beneficiar empresas privadas) e a manutenção de privilégios de empreiteiros construtores, etc. (os lobbies em Brasília são muito fortes no sentido de transformar em lei incentivos, subsídios, privilégios cartoriais e já conseguiram que eles fossem incluídos nos projetos de reforma do setor elétrico do senador Júlio Campos e do deputado Prisco Viana). Além disto a privatização é um bom negócio pois as empresas privadas ficarão apenas com o filé mignon do negócio, ou seja, os serviços, mas não assumem a dívida e nem os encargos trabalhistas.